



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
Escola Superior de Tecnologia de Tomar
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO
Curso de Gestão do Território

DISCIPLINA DE HISTÓRIA DE PORTUGAL II

3.º Ano

Ano Lectivo: 2002/2003

Docente:

- Fernando Larcher Nunes
Equip. Prof. Adjunto

Regime: Anual

Carga Horária: 2T + 1 T/P

PROGRAMA DA CADEIRA DE HISTÓRIA DE PORTUGAL II

I. Objectivo da Cadeira

O presente programa, destinado a alunos dum curso em que a História não é o eixo fulcral, procura em primeiro lugar corresponder ao objectivo de dar uma visão global do fim do *Antigo Regime* e da história contemporânea em Portugal, procurando integrá-la nas grandes linhas da história comparada. Atendendo a que se trata duma licenciatura em Gestão do Território orientar-nos-emos no sentido de complementar estas grandes linhas com aspectos fundamentais da história da administração pública em Portugal.

II. Programa

INTRODUÇÃO. DO ABSOLUTISMO AO ESTADO LIBERAL

I. REGIMES TRADICIONAL, ABSOLUTO E LIBERAL

II. O PORTUGAL PROTO-CONSTITUCIONAL (1789-1820)

CAPÍTULO I. A AMEAÇA REVOLUCIONÁRIA (1789-1807)

- I. As Primeiras Reacções à Revolução Francesa
- II. A Regência do Príncipe D.João até às invasões francesas (1792-1807)

CAPÍTULO II. A CÔRTE NO BRASIL (1807 - 1821)

- I. As Invasões Francesas e a Regência no Brasil durante o ciclo napoleónico europeu (1807-1814/15)
- II. A Regência e o reinado de D.João VI (post 1816) no Brasil, do fim da era napoleónica à revolução liberal portuguesa (1814/15-1820)

PORUGAL CONTEMPORÂNEO (POST 1820)

INTRODUÇÃO

As Quatro Épocas do Portugal Contemporâneo: A *Monarquia Constitucional* (1820-1910), a *República Democrática* (1910-1926), o *Estado Novo* (1926-1974), a *Terceira República* (post 1974)

PRIMEIRA ÉPOCA. A MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820 - 1910)

PARTE I. A INTRODUÇÃO DO LIBERALISMO EM PORTUGAL E O TRIÉNIO VINTISTA (1820 - 1823)

- I. O Portugal do antigo regime em cheque perante a restauração da Constituição de Cádiz em Espanha (1 Jan.-24 Ago.)
- II. A Revolução portuguesa de 1820 como ruptura do sistema institucional de representatividade
- III. O Credo Constitucional das Constituintes (26 Jan.-23 Set.)
- IV. A Curta Vigência da Constituição de 1822

PARTE II. A CONTRA REVOLUÇÃO (1823 - 1826)

- I. A conjuntura da contra-revolução
- II. Da Vilafraneca à Abrilada (Jun.1823-Abr.1824): a intenção de elaboração duma lei fundamental
- III. Da Abrilada ao fim do reinado (Abril 1824-Março 1826): a restauração do absolutismo

PARTE III. A PRIMEIRA VIGÊNCIA DA CARTA (1826 - 1828)

Introdução. O curíssimo reinado de D.Pedro

- I. A Carta Constitucional: sua Instauração e seu Espírito
- II. A Primeira Experiência da Carta



PARTE IV. A RESTAURAÇÃO DO ABSOLUTISMO E A GUERRA CIVIL (1828 - 1833)

- I. A Reinstauração das cortes tradicionais
- II. A Resistência imediata à restauração da Monarquia Tradicional
- III. A Viragem da Filosofia Política e Institucional Europeia
- IV. O Problema político brasileiro e o regresso de D.Pedro à Europa
- V. Os Tempos da Guerra Civil (Jul.1832-Ago.1834)

PARTE V. A SEGUNDA VIGÊNCIA DA CARTA (1834 - 1836)

- I. A Reinstauração do Regime da Carta. A Convenção de Évora Monte, início de uma nova era
- II. A nova matriz económica e social instituída sob a ditadura de D.Pedro
- III. As Cortes
- IV. A fugaz regência constitucional de D.Pedro (30 Ago.-19 Set.1834)
- V. Os primeiros anos do Reinado de D.Maria II (post 20 Set.1834): a tensão Moderados-Progressistas (1834-1836)

PARTE VI. O SETEMBRISMO (1836 - 1842)

- I. A Inserção de Portugal no Ciclo Constitucional Liberal com a Revolução de Setembro de 1836
- II. O ambiente histórico político de 1838 a 1842: entre o *Setembrismo* e o *Cartismo*

PARTE VII. O TERCEIRO E ÚLTIMO PERÍODO DE VIGÊNCIA DA CARTA (1842-1910)

\$ 1º A DÉCADA AGITADA DO CABRALISMO (1842-1851)

- I. A contestada restauração da Carta Constitucional
- II. O Primeiro Período Cabralista e a oposição que desencadeia no lustre de 1842 a 1846
- III. Um Ano Tumultuário. 1846-1847
- IV. O Conservadorismo Cartista no Poder, e a sua ruptura interna (Maio/Junho 1847-Abril 1851)
- V. A Abertura do Ciclo Constitucional Democrático
- VI. O segundo período cabralista e o seu fim. Da revolução democrática de Paris à Regeneração

\$ 2º DA REGENERAÇÃO A 1870

- I. A Regeneração e a Reafirmação da Essência da Ordem Constitucional Cartista
- II. A Estabilidade Institucional post-Regeneração (1853-1870)

§ 3º OS VENTOS DA INSTABILIDADE INSTITUCIONAL DE 1870 A 1895

- I. A evolução política
- II. Os actos constitucionais
- III. A expansão ultramarina e os seus contratempos. O *ultimatum*

\$ 4º. OS ANOS FINAIS DA MONARQUIA (1896-1910)

- I. O governo progressista
- II. A instabilidade de 1900 a 1906
- III. O franquismo e o seu ambiente político (1906-1908). A polémica constitucional. O acto adicional
- IV. O regicídio
- V. A agonia da Monarquia. O reinado de D.Manuel II

SEGUNDA ÉPOCA. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1910 - 1926)

Introdução: A implantação da República: o 5 de Outubro; as correntes republicanas; a Constituição de 1911.

- I. A República Velha (1910-1917): o Governo provisório, os democráticos no poder, a ditadura de Pimenta de Castro, o 14 de Maio
- II. A República Nova (1917-1919): o Sidonismo, a Monarquia do Norte
- III. O Regresso da República Velha (1919-1926): o fim da Guerra, a instabilidade política

TERCEIRA ÉPOCA. O ESTADO NOVO (1926 - 1974)

- I. O 28 de Maio
- II. A progressiva definição da natureza do novo regime e a Constituição de 33
- III. O Estado Novo até à Segunda Guerra Mundial
- IV. O Estado Novo post 1945

III. Bibliografia

A Bibliografia é constituída pelos apontamentos fornecidos aos alunos, pela bibliografia neles aduzida, e pela que for oportunamente indicada ao longo do curso

Como obras gerais, e procurando restringirmo-nos às obras cuja consulta seja acessível nas bibliotecas de Tomar, indica-se

- FRANCISCO BETHENCOURT, HIRTI CHADHURI, *História da Expansão Portuguesa*, v.4-5, Temas § Debates, 2000
- MARCELLO CAETANO, *A Codificação Administrativa em Portugal* in *Revista Faculdade de Direito de Lisboa*, 1935
- A.H.DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, v.III, 6ª ed., Palas Editores, 1981
- JOSÉ MATTOSO, dir.de, *História de Portugal*, v.5-7, Estampa, 1993-1994
- DAMIÃO PERES, dir.de, *História de Portugal* [ed.de Barcelos], v.VI – II Supl., 1934 -1981
- J.VERÍSSIMO SERRAO, *História de Portugal*, v.VI-XI, Ed.Verbo, 1982-s.

IV. Avaliação

1. A avaliação consiste sucessivamente nas seguintes provas:

- a) duas frequências, nas quais será necessário obter a média final de 10 (dez) valores para a aprovação na cadeira
- b) um exame final escrito, para os alunos que não tiverem obtido aprovação nas frequências, no qual é exigível também a classificação mínima de 10 (dez) valores, sob pena de exclusão
2. A classificação inferior a 7 (sete) valores numa das frequências implica automaticamente a necessidade de realização do exame final
3. Poderão ser estabelecidas duas frequências intercalares em cada semestre, correspondentes à matéria específica dada no período imediatamente anterior
4. A apresentação de um trabalho escrito, pode permitir a soma de 1 (um) valor à média das frequências ou do exame final

anexo de anotações